

Relatório de gestão
Embaixada do Brasil em Pequim, China
Embaixador Roberto Jaguaribe, Embaixador

I. POLÍTICA EXTERNA E RELAÇÕES BILATERAIS

- Quadro geral e ações realizadas

2. Paralelamente ao seu crescente peso econômico, a China vem ampliando a sua presença política no mundo, o que se reflete não apenas na expansão da sua cooperação internacional, mas também na participação cada vez mais ativa nos debates sobre os grandes temas globais, na reforma da governança mundial e na multiplicação de canais de consultas políticas com outros países.

3. A Embaixada tem acompanhado a evolução dos principais temas da política externa chinesa, com o objetivo de subsidiar o governo brasileiro com informações atualizadas e de teor predominantemente analítico. Constam, entre esses temas, as relações da China com os países mais importantes para a formulação da sua política externa (Estados Unidos, Rússia e demais membros do BRICS, Japão, Coreias do Sul e do Norte, vizinhos do Sudeste Asiático e principais países europeus). Atenção especial tem sido conferida ao acompanhamento das relações entre a China e os países da América Latina e Caribe, sobretudo no que tange aos fluxos de comércio (bidirecionais) e investimento (essencialmente unidirecionais, da China para a América Latina e Caribe).

4. A crescente assertividade da China nas suas relações exteriores tem-se demonstrado com maior evidência em declarações públicas de autoridades chinesas e também nas instâncias multilaterais nas quais o país desempenha papel preponderante, como, por exemplo, a Organização de Cooperação de Xangai (OCX) e os mecanismos de diálogo externo da Associação de Nações do Sudeste Asiático (ASEAN+China, ASEAN+3 e ASEAN+6). A atuação do governo chinês em organizações internacionais e outros fóruns multilaterais tem sido, por conseguinte, objeto de atento acompanhamento pela Embaixada. Além da produção de subsídios sobre as posições chinesas nesses fóruns, a Embaixada tem envidado esforços para facilitar a coordenação entre os dois países nas

organizações internacionais das quais ambos são parte. À frequente interação entre Brasil e China no âmbito das Nações Unidas somam-se os contatos mantidos entre os dois governos sobre temas da alçada do G-20, dos BRICS e da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (ambos os países são membros do BASIC), bem como no âmbito do Banco Asiático de Investimentos em Infraestrutura (AIIB, ao qual o Brasil aderiu), do Novo Banco de Desenvolvimento (o "Banco do BRICS") e do Arranjo Contingente de Reservas dos BRICS.

5. Ainda no campo das relações exteriores da China, não se pode deixar de ter presente a questão da desnuclearização da Península coreana, as disputas de soberania nos mares do Sul e do Leste da China e as tensões na fronteira entre a China e a Índia. A Embaixada tem acompanhado com atenção esses temas, em vista de sua importância para a formulação da política externa chinesa e do potencial conflitivo envolvendo atores importantes tanto para a China como para o Brasil (Estados Unidos, Índia, Japão, países do Sudeste Asiático).

6. No que tange às relações bilaterais, após o estabelecimento da Parceria Estratégica, em 1993, a agenda entre o Brasil e a China expandiu-se e aprofundou-se, justificando a elevação do relacionamento ao patamar de Parceria Estratégica Global, em 2012. Em 2014, celebrou-se o 40º aniversário do estabelecimento das relações diplomáticas entre o Brasil e a República Popular da China, o que colocou em relevo o notável crescimento dessas relações (particularmente na esfera comercial) e levou os dois governos a lançar as bases para uma nova fase de cooperação em várias áreas.

7. A Embaixada tem procurado ampliar os canais de comunicação com autoridades, acadêmicos, pensadores e estudiosos sobre China. O contato estreito com os principais "think tanks" e universidades chinesas tem sido igualmente útil, por dar acesso a informações e análises relevantes.

8. Além de auxiliar na preparação de encontros entre autoridades dos dois países, a missão diplomática brasileira tem buscado subsidiar as frequentes reuniões sobre temas tanto da alçada bilateral como multilateral mediante a preparação de relatórios e documentos informativos. Nesse contexto, destaco os seguintes encontros recentes que contaram com documentos informativos elaborados pela Embaixada em Pequim:

- Reunião Ministerial do BASIC sobre Mudança do Clima, com a presença da então Ministra de Estado do Meio Ambiente, em outubro de 2015; - Reunião bilateral sobre temas agrícolas, por ocasião da visita a Pequim da então Ministra de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, em novembro de 2015; - Reunião do Diretório de Governança do Centro Regional na Ásia e no Pacífico para Educação e Ciência e Tecnologia Espaciais, com a presença do Presidente da Agência Espacial Brasileira, em novembro de 2015; - Reunião sobre cooperação Sul-Sul em mudança do clima, em novembro de 2015; - Reunião do BRICS sobre Oriente Médio, em dezembro de 2015; - Seminário sobre Segurança Espacial do Fórum Regional da ASEAN, em dezembro de 2015; - Reuniões do Conselho de Governadores e do Conselho de Diretores do Banco Asiático de Investimento em Infraestrutura (AIIB), em janeiro de 2016; - Reunião de "sherpas" do G-20, em janeiro de 2016; - Reunião do Grupo de Trabalho de Desenvolvimento do G-20, em janeiro de 2016; - Reunião do Grupo de Trabalho do G-20 Anticorrupção, em janeiro de 2016; - Reunião do Grupo de Trabalho do G-20 sobre Comércio e Investimento, em janeiro de 2016; - Reunião das Agências de Fomento de Ciência e Tecnologia dos BRICS, em janeiro de 2016; - Reunião do Grupo de Trabalho dos BRICS sobre Financiamento à Ciência, Tecnologia e Inovação, em fevereiro de 2016; - Reunião do Grupo de Sustentabilidade Energética do G-20, em fevereiro de 2016; - Reunião do Grupo de Trabalho de Biotecnologia Brasil-China, em fevereiro de 2016; - Reunião do Grupo de Trabalho Internacional sobre Créditos à Exportação, em fevereiro de 2016; - Reunião Ministerial sobre Energia Limpa, em março de 2016; - Reunião de Vice-Ministros de Agricultura do G-20, em março de 2016; - Reunião Ordinária do Fórum para a Cooperação Econômica e Comercial entre a China e os Países de Língua Portuguesa (Fórum de Macau), em março de 2016; - Reunião do Grupo de Trabalho de Desenvolvimento do G-20, em abril de 2016; - Reunião do Grupo de Trabalho sobre Comércio e Investimento do G-20, em abril de 2016; - Reunião do Grupo de Sustentabilidade Energética do G-20, em abril de 2016; - Reunião sobre assuntos consulares envolvendo todos os Postos na China, em abril de 2016; - Reunião sobre Economia Digital, Inovação e Nova Revolução Industrial do G-20, em maio de 2016; - Reunião do Fórum sobre Administração Tributária da OCDE, em maio de 2016; - Reunião de Ministros do Turismo do G-20, em maio de 2016; - Reunião de Ministros de Agricultura do G-20, em junho de 2016; e - Reunião bilateral sobre temas agrícolas, por ocasião da visita a Pequim do Ministro de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, em junho de 2016.

9. Em todas essas ocasiões, a Embaixada empenhou-se em identificar áreas de interesse comum que pudessem ser objeto de cooperação futura, além de aprofundar a compreensão mútua sobre a atuação dos dois países.

- Desafios e sugestões

10. Apesar de o entendimento político-diplomático entre o Brasil e a China ser fluido e permitir a coordenação de posições em diversos foros, a questão da reforma do Conselho de Segurança das Nações Unidas e a aspiração brasileira a um assento permanente são temas que não avançaram no diálogo bilateral.

II. POLÍTICA INTERNA

- Quadro geral e ações realizadas

11. Os últimos meses coincidiram com o marco de três anos de governo do Presidente Xi Jinping e a continuação do processo de consolidação de seu poder à frente da política, da economia chinesa e das forças armadas, no contexto de menor crescimento econômico conhecido como "novo normal". A agenda de reformas, nas áreas política, social e de defesa, incluíram abrangente reestruturação das forças armadas, fim da política do filho único e medidas incorporadas no recém-aprovado 13º Plano Quinquenal chinês. Foram também aprovadas leis de grande repercussão na área de publicação de conteúdo eletrônico, internet e atuação de ONGs estrangeiras, que, ao serem implementadas nos próximos anos, poderão afetar a forma de atuação de empresas e ONGs estrangeiras no país.

12. O documento de maior relevância aprovado pelo governo chinês no período tenha sido o XIII Plano Quinquenal, que estabelece uma série de metas em diversos setores da sociedade chinesa, com vistas a atingir o que se denomina uma "sociedade moderadamente próspera". Entre as metas apresentadas estão a duplicação do PIB e da renda per capita até 2020, em comparação com os níveis de 2010; crescimento da população urbana do país para um patamar correspondente a 60% da população total; criação de 50 milhões de novos empregos no meio urbano e fim da pobreza no meio rural.

13. Na área social, o objetivo de redução do excesso de capacidade na economia chinesa suscitou preocupações sobre elevação das taxas de desemprego no país e demissões em massa que poderiam apresentar riscos à estabilidade social. O governo chinês anunciou a criação de um fundo de RMB 100 bilhões (USD 15,4 bilhões) para realocação de trabalhadores

chineses. De fato, o menor crescimento econômico chinês e o fechamento de fábricas e seu deslocamento para outros países do Sudeste Asiático têm elevado os registros de protestos e greves pelo país.

14. No âmbito das políticas sociais, a medida de maior repercussão no início de 2016 foi a flexibilização da política do filho único, que possibilitou que os casais chineses passassem a poder ter até dois filhos sem incorrer em multas ou outras penalidades financeiras. No contexto atual de desaceleração da economia chinesa, o envelhecimento da população, a queda da taxa de fertilidade e a perspectiva de encolhimento da força de trabalho tornaram-se motivo de enorme preocupação por parte do governo. Estima-se que, desde 2012, a força de trabalho na China tem-se reduzido em 3 milhões de pessoas ao ano.

15. No fim de 2013, havia sido feito um primeiro relaxamento da política do filho único, a fim de permitir que casais em que um dos parceiros fosse filho único pudessem ter um segundo filho. De acordo com estimativas do governo chinês, a nova flexibilização em 2016 deve representar acréscimo de no máximo nove milhões de crianças na China ao longo dos próximos três anos. Resta saber se a medida será suficiente para retomar o crescimento da população economicamente ativa.

16. O presidente chinês continuou a implementar vigorosa campanha anticorrupção, com investigações que avançaram sobre as instituições financeiras e sobre o meio militar. A campanha anticorrupção, lançada em 2012, parece ser até o momento o ponto mais marcante da gestão Xi Jinping. Tornaram-se alvos tanto funcionários de mais alto nível, os chamados "tigres", quanto os oficiais mais baixos, "mosquitos". A campanha atingiu até ex-integrantes do Comitê Permanente do Politburo do Partido e o alto escalão do Exército Popular de Libertação. Desde 2014, a Operação "Skynet" foi lançada para incrementar a campanha e atingir também as "raposas", funcionários que fugiram para o exterior para se esquivar de punições.

17. No meio militar, no fim de 2015 foram implementadas reformas que fortaleceram o papel da Comissão Militar Central, instância do Partido, sobre as forças armadas. Segundo as autoridades chinesas, as reformas apresentam caráter defensivo e objetivam conferir à China forças armadas modernas, com maior equilíbrio entre as três forças, para responder também a desafios como o terrorismo. Confere-se prioridade ao desenvolvimento da Marinha chinesa. Foi

anunciada também redução do efetivo em 300 mil militares, de modo que o Exército Popular de Libertação (EPL) passe a contar com dois milhões de militares (corte de 13%, a ser implementado até 2017). Nesse contexto, Xi Jinping passou a deter, a partir deste ano, o título de "Comandante-em-chefe do Comando de Operações Conjuntas", que parece significar consolidação de sua posição no comando das forças armadas chinesas.

18. No âmbito da segurança interna, o governo chinês aprovou, no fim de 2015, uma lei anti-terrorismo, que complementa a lei de segurança nacional aprovada em meados do ano. Trata-se da primeira lei anti-terrorista do país, que entrou em vigor em janeiro de 2016. Entre seus principais elementos, destacam-se a criação de centro de inteligência antiterrorista, maior controle sobre empresas de tecnologia para apoio técnico ao governo, e expansão potencial das atividades das forças armadas chinesas para participação de esforços antiterrorismo no exterior.

19. Na área cibernética, o governo chinês tem defendido o que denomina "soberania da internet", conceito que fortalece os elementos de controle das autoridades chinesas sobre o conteúdo eletrônico no país. Nesse contexto foram aprovadas, no início deste ano, leis que podem limitar a publicação na China de conteúdo por entidades estrangeiras sem um parceiro doméstico na China e sem autorização governamental.

20. A complementar o quadro da política interna chinesa, cabe notar que as relações do governo central com a Região Administrativa Especial de Hong Kong e com Taiwan passam por momento de desafios. Com Hong Kong, o governo chinês tem enfatizado o desejo de fortalecer o relacionamento econômico com a ilha, enquanto rejeita movimentos que possam alterar os métodos de escolha do executivo local. Em Taiwan, acaba de tomar posse na administração local um novo partido de vertente política mais afastada de Pequim. O governo da RPC tem reafirmado de forma inequívoca a necessidade de que seja reconhecido o princípio de "Uma só China". As relações diplomáticas do Brasil com a China pautam-se pela aceitação consistente do princípio de "Uma só China".

- Desafios e sugestões

21. A Embaixada tem transmitido informações atualizadas sobre as alterações no cenário político interno da China. Os funcionários diplomáticos valem-se, para tanto, de contatos

mantidos com acadêmicos chineses, "think tanks", funcionários do governo chinês e com a comunidade diplomática.

22. A título de sugestões, seria proveitosa a organização de debates e seminários, com convite a especialistas sobre assuntos da política interna chinesa. Nesse sentido, cabe buscar adensar as relações também no plano acadêmico, em particular com as principais universidades chinesas, cujos professores muitas vezes têm bom trânsito junto ao governo.

23. Também seria útil motivar os contatos de autoridades brasileiras, em visita à China, com autoridades das províncias chinesas, que contam com perspectiva de ascensão ao governo central. Podem também ser estimuladas suas visitas ao Brasil.

III. DIREITOS HUMANOS

- Quadro geral e ações realizadas

24. A gestão ocorreu em período marcado por grande atividade legislativa no que se refere aos direitos humanos, a qual foi acompanhada de perto pela Embaixada, por meio da busca de informações junto a atores relevantes com vistas à produção de relatórios. Em particular, sublinhe-se o enquadramento normativo dado às ONGs nacionais, com a Lei da Filantropia, de março deste ano, e às ONGs estrangeiras, com a Lei de Gerenciamento de ONGs, aprovada no mês seguinte e que entrará em vigor em 2017.

25. Diferentemente do que dita a Lei da Filantropia às ONGs chinesas, que seguem subordinadas ao Ministério de Assuntos Civis, a nova legislação voltada a ONGs estrangeiras passa a submetê-las à supervisão do Ministério de Segurança Pública. O endurecimento do tom em relação a estas entidades gerou críticas por parte de alguns governos, bem como de setores da sociedade civil e de órgãos de imprensa estrangeiros. Estes atores denunciam, igualmente, aumento do número de prisões de defensores de direitos humanos, em particular desde o chamado "crackdown" de julho de 2015, quando mais de 100 advogados especializados na matéria foram detidos.

26. Houve, em contrapartida, evoluções que foram saudadas até mesmo por atores tradicionalmente críticos à situação de direitos humanos na China. O maior exemplo foi a entrada em vigor, também em março último, da primeira lei chinesa sobre violência doméstica, que proíbe toda forma de violência física e psicológica, além de estabelecer sistema de ordens de afastamento.

27. A Embaixada empenhou-se, ademais, na organização da segunda edição do diálogo bilateral Brasil-China sobre direitos humanos, que deverá realizar-se proximamente, em Pequim. O mecanismo, previsto desde 2011, teve sua primeira reunião em Brasília, no início de 2015. Na ocasião, foram tratados, sobretudo, direitos de segunda geração, nos quais há maior convergência entre os dois parceiros.

- Desafios e sugestões

28. Direitos Humanos constituem tema de grande sensibilidade na China. Para construção de confiança mútua na matéria, o diálogo bilateral constitui instrumento privilegiado. Na reunião de 2015, por exemplo, Brasil e China concordaram em apoiar-se mutuamente em suas candidaturas para o Conselho de Direitos Humanos para o período 2017-2019. A segunda edição do mecanismo poderá ensejar a inclusão de novos temas, como a já citada violência doméstica, assunto também prioritário no Brasil e que ensejou a aprovação da "Lei Maria da Penha" (lei 11340/06).

IV. ACOMPANHAMENTO ECONÔMICO E FINANCEIRO

- Quadro geral e ações realizadas

29. O período analisado por este Relatório de Gestão foi marcado pela continuação da desaceleração do crescimento econômico chinês, que passou de taxas de 10% ao ano, logradas durante três décadas consecutivas, para os atuais 6 a 7%. Segundo o Presidente Xi Jinping, o "novo normal" caracteriza-se por crescimento de melhor qualidade, em que os desequilíbrios gerados na fase anterior estão sendo enfrentados por meio de reformas estruturais.

30. A desaceleração da economia chinesa resulta, entre outros fatores, da diminuição dos investimentos na manufatura e no setor imobiliário, tradicionais motores da economia chinesa. Os investimentos imobiliários cresceram apenas 1% em 2015 e 7,2% nos primeiros quatro meses de 2016, comparado a 10,5% em 2014. Os investimentos em ativos fixos cresceram 10,0% em 2015 e 10,5% nos primeiros quatro meses de 2016, contra 15,7% em 2014, continuando a desaceleração iniciada em setembro de 2009, quando os investimentos cresceram 33,3%, ainda puxados pelo enorme pacote de estímulo fiscal utilizado pelo governo para conter os efeitos da crise financeira de 2008 (antes da crise, os investimentos cresciam a uma média de 25% ao ano).

31. As autoridades chinesas têm respondido à desaceleração por meio dos mecanismos tradicionais de estímulo, priorizando

a manutenção do crescimento. Os dados divulgados sobre o desempenho econômico da China no primeiro trimestre de 2016 evidenciam a crescente importância do crédito para a manutenção do ritmo de atividade atual. O financiamento social total concedido no trimestre atingiu RMB 6,6 trilhões, comparado a RMB 4,6 trilhões no mesmo período do ano anterior, um crescimento de 43,5%. Apesar disso, o PIB continuou a desaceleração e cresceu 6,7%.

32. Na administração da taxa de câmbio, o desejo de estimular a economia é equilibrado com a necessidade de manter a confiabilidade na moeda como uma reserva de valor. Em dezembro de 2015, as reservas internacionais tiveram queda de US\$ 108 bilhões (US\$ 513 bilhões ao longo de 2015). Em janeiro de 2016, as reservas seguiram em queda (US\$ 99 bilhões) e fecharam o mês em US\$ 3,23 trilhões. O Governo tem sido criticado por falhas na comunicação com o mercado, como no caso da depreciação surpresa do renminbi de 3% ocorrida em agosto de 2015. Em dezembro do ano passado, o Banco do Povo anunciou que a cotação do renminbi se daria com base em três cestas de moedas diferentes. O renminbi registrou, em 8 de janeiro de 2016, o menor valor desde outubro de 2010, e o Banco Central interveio no mercado para conter a queda. Desde então, o renminbi permaneceu relativamente estável em relação às cestas indicadas e ao dólar, sugerindo que, no momento, a preocupação do Governo é estabilizar a moeda e conter os fluxos de saída de capitais.

33. As incertezas sobre o crescimento e as intervenções erráticas do Governo no mercado estiveram entre as causas para a queda das bolsas chinesas no começo de 2016. Permanecem dúvidas sobre a difícil tarefa de evitar uma desaceleração mais brusca do PIB, avançar nas reformas estruturais e administrar o endividamento.

34. Entre as ações realizadas pela Embaixada na área econômico-financeira no período, destacam-se:

- organização da visita do então Ministro da Fazenda do Brasil a Pequim, como parte de sua viagem à China para participar da Reunião de Ministros da Fazenda e Governadores do Banco Central do G20, em fevereiro de 2016. A visita foi realizada em momento oportuno para estruturar a relação Brasil-China nas áreas econômica, financeira e de investimentos. O Ministro encontrou-se com autoridades chinesas de alto nível e manteve discussões específicas sobre as oportunidades de investimentos em infraestrutura no Brasil, principalmente nos setores de energia e ferrovias.

Integraram a delegação do Ministro funcionários da Petrobrás, que aproveitaram a ocasião para estreitar a relação com as empresas e os bancos chineses;

- participação, juntamente com delegação do Ministério da Fazenda, nas primeiras reuniões do Conselho de Governadores e do Conselho de Diretores do Banco Asiático de Investimentos em Infraestrutura (AIIB, na sigla em inglês). O Brasil assinou, em 29 de junho de 2015, o acordo constitutivo do AIIB, que entrou em vigor em 25 de dezembro de 2015. Segundo o Anexo A do instrumento, o Brasil terá 3,181% do capital, o que o posiciona como o terceiro maior membro não regional (atrás da Alemanha e da França e à frente do Reino Unido) e nono maior membro do banco. Como o Brasil ainda não ratificou o acordo constitutivo do AIIB, a delegação brasileira tem participado das reuniões do banco na condição de observadora;

- participação em seminários econômicos, com vistas a apresentar perspectiva sobre a economia brasileira. Diante do quadro recessivo no Brasil, a Embaixada buscou dirimir dúvidas e defender as medidas tomadas pelo Governo brasileiro, reconhecendo as dificuldades conjunturais, mas demonstrando confiança na capacidade do país de voltar a crescer. O Chefe do Posto proferiu palestra, em janeiro de 2016, no Quarto Fórum Econômico e Financeiro do BRICS, promovido pelo jornal chinês Economic Daily, que circula principalmente nos órgãos governamentais chineses; e

- acompanhamento e análise dos desenvolvimentos macroeconômicos da China, com foco nas medidas sendo tomadas pelo Governo chinês e seus impactos sobre a economia brasileira. A Embaixada procura manter rede de interlocução com atores locais relevantes, de forma a fornecer subsídios que agreguem valor em relação aos inúmeros estudos divulgados pela grande imprensa e por firmas de consultoria.

- Desafios e sugestões

35. A Embaixada continuará empenhada em coordenar a relação entre o Governo brasileiro e os órgãos chineses da área econômico-financeira. Deve-se evitar duplicação de esforços e iniciativas conflitantes. O potencial de financiamentos ao setor empresarial brasileiro e de investimentos na área de infraestrutura precisa ser plenamente aproveitado, por meio de interlocução estreita, projetos concretos e gerenciamento racional do relacionamento econômico bilateral.

36. Deve-se manter e intensificar os esforços de divulgação da realidade econômica brasileira junto ao meio governamental, empresarial e financeiro chinês. Os ajustes em curso no Brasil precisam ser explicados, de forma a manter a confiança chinesa na capacidade do país de retomar o crescimento, realizar reformas e colocar a dívida pública em trajetória sustentável.

37. Recomenda-se que se mantenha o acompanhamento da evolução da economia chinesa. A desaceleração em curso afeta os interesses brasileiros. A reestruturação das empresas estatais, as reformas financeiras e o gerenciamento do endividamento devem receber especial atenção.

38. Em novembro de 2015, o FMI decidiu incluir a moeda chinesa (renminbi) na cesta de moedas que compõem os Direitos Especiais de Saque, o que será implementado a partir de outubro de 2016. O renminbi é, atualmente, a nona principal moeda internacional e cerca de 17% do comércio exterior da China é denominado na moeda do país. Acordos de troca direta de moedas foram negociados pela China com diversos países, incluindo Reino Unido, Coréia do Sul e Rússia. A Embaixada deverá continuar a acompanhar o assunto.

V. INVESTIMENTOS

- Quadro geral e ações realizadas

39. As empresas chinesas têm incrementado seus investimentos no exterior desde meados da década de 2000. A "Heritage Foundation" e o "American Enterprise Institute" estimam que o estoque de investimentos chineses no exterior tenha alcançado a marca de USD 680 bilhões até dezembro de 2015.

40. Os investimentos chineses ainda estão concentrados em indústrias ligadas a matérias-primas e energia e razoavelmente distribuídos nas regiões do mundo em que estes produtos se encontram. De acordo com os dados da Heritage Foundation e AEI, 58% dos investimentos chineses estão concentrados nos setores de energia e produtos de base (mineração e siderurgia). Esse perfil reflete a percepção do governo chinês quanto à necessidade de garantir o suprimento de matérias primas à economia chinesa. Nesse contexto, 43% desses investimentos concentram-se nas seguintes regiões: América do Sul (10,9%), Austrália (11,5%), África Subsaariana (10,3%) e Ásia Ocidental (10,6%).

41. Num contexto em que o fluxo total de investimentos chineses tem crescido em média 10,5% nos últimos seis anos, e

em aceleração, essa tendência se reverte. Os investimentos no setor de energia vêm caindo a um ritmo de 12,9% ao ano, enquanto que o de mineração e siderurgia apresenta ligeira queda 0,2% ao ano. Os setores financeiro, de transportes (que inclui montadoras, linhas áreas, ferrovias e estaleiros) e de tecnologia vêm despontando como novos vetores de internacionalização do capital chinês, com crescimento médio anual de, respectivamente, 37%, 29,5% e 90,7%. Europa e Estados Unidos passaram a receber investimentos nos setores financeiro, automotivo e imobiliário (construção e propriedades). A proposta da ChemChina para aquisição da Syngenta por USD 43 bilhões, se concretizada, será a maior aquisição feita por empresa chinesa até o momento, permitindo o acesso da China a novas tecnologias.

42. Na América do Sul, os investimentos chineses estão concentrados em energia e mineração. O Brasil se destaca como principal parceiro no continente com 44,3% do total investido, seguido de Peru (22,8%), Argentina (13,1%) e Equador (10,3%). Energia e produtos de base (mineração e siderurgia) se destacam com 53,8% e 31,9% do total, respectivamente. No caso peruano, a participação no setor de produtos de base alcança 83% dos investimentos chineses, destoando dos outros países do continente em que prevalecem investimentos no setor de energia.

43. No Brasil, os investimentos chineses se concentram no setor de energia (68%), em que a participação de empresas chinesas (Sinopec, Sinochem, CNOOC, CNPC) na exploração de campos de petróleo alcança cerca de USD 22,4 bilhões, segundo a Heritage Foundation. A recente aquisição das concessões de Ilha Solteira e Jupiá pela China Three Gorges demonstra o apetite chinês para concessões públicas no setor de infraestrutura e energia. As ondas recentes de instalação de empresas chinesas no Brasil também incluem setores com caráter mais fabril. A chegada de bancos (China Construction Bank, China Communications e ICBC) e de empresas automobilísticas (JAC Motors, Cherry, BAIC), de equipamento pesado (SANY Heavy, Xugong Construction Machinery) e tecnologia (Lenovo, Huawei, ZTE) são exemplos disso.

44. Do ponto de vista dos financiamentos, a Venezuela é o principal recipiente de empréstimos de bancos oficiais chineses, respondendo por 51,9% (USD 63,9 bilhões) do volume do crédito, concentrado principalmente no Banco de Desenvolvimento da China (cerca de 90%) e no setor de energia (PDVSA). Após o Brasil, a Argentina e o Equador seguem como

terceiro e quarto principais destinos dos empréstimos chineses (12,4% e 12,3% do volume, respectivamente).

45. No Brasil, os empréstimos dos bancos oficiais chineses excedem USD 29 bilhões. O Banco de Desenvolvimento da China (CDB na sigla em inglês) detém mais de USD 15 bilhões de dívidas da Petrobrás e o Eximbank chinês, USD 3,2 bilhões. Outros USD 11 bilhões estão distribuídos, entre outros projetos, em financiamentos à compra de jatos da Embraer, à construção de oleoduto da GASENE, ao desenvolvimento de projetos de processamento de grãos.

46. A atração de investimentos chineses nos setores de infraestrutura é uma das áreas que oferece mais oportunidades de dinamizar as relações econômicas bilaterais. A celebração de Memorando de Entendimento entre o MPOG e a NDRC, durante a visita do Premier Li Keqiang ao Brasil, em 2015, baseou-se no diagnóstico correto de que é conveniente que haja estrutura institucional para facilitar esses investimentos. Na mesma oportunidade foi lançada a ideia de constituir fundo financeiro bilateral para amparar a cooperação na área de fortalecimento da "capacidade produtiva", denominação mais ampla que inclui os investimentos nas áreas de infraestrutura.

47. Dos investimentos brasileiros na China, houve avanço modesto na consolidação da presença da Marcopolo e da Embraer. A Marcopolo busca ampliar o processo produtivo de ônibus no país. No caso da Embraer, a empresa opera uma planta industrial em Harbin, no nordeste da China.

- Desafios e sugestões

48. Interlocutores chineses vêm demonstrando preocupação com relação à volatilidade das taxas de câmbio no Brasil, que pode comprometer o retorno dos investimentos produtivos diretos das empresas chinesas no país. Mencionam, também, as dificuldades de compreensão do sistema tributário brasileiro, principalmente na questão dos impostos incidentes sobre a mão-de-obra.

49. É importante ter presente que a China é um país de planejamento central, com visão estratégica e de longo prazo sobre todas as áreas de seu maior interesse e com grande capacidade de coordenação política. Nesse sentido, a China sempre sabe o que quer. Portanto, para maximizar nossa capacidade de interlocução, é importante que mantenhamos nível equivalente de coordenação e tenhamos sempre presente

os interesses estratégicos do Brasil. Na prática, a multiplicidade e a dispersão de interlocutores do lado brasileiro engajada com parceiros chineses no diálogo sobre oportunidades de investimento no país por vezes complica o bom encaminhamento das ações. Ocasionalmente, essa situação pode gerar algumas lacunas e falhas de comunicação internas do lado brasileiro, o que pode levar a resultados menos satisfatórios do ponto de vista do interesse nacional.

50. É preciso ampliar o esforço de coordenação em alto nível mediante, inclusive, uma melhor estruturação institucional. Nesse sentido, julgo fundamental reunir, sob um comando único, para fins da condução do diálogo de alto nível com interlocutores chineses, os principais atores interessados do lado brasileiro, como o Ministério do Planejamento, o Ministério das Relações Exteriores, o BNDES e a APEX, com a Embaixada do Brasil em Pequim plenamente integrada ao processo e funcionando como vértice da interlocução na China, de modo a dotar o processo de maior consistência e solidez institucional.

VII. COMÉRCIO

- Quadro geral e ações realizadas

51. A partir de 2013, observa-se perda de dinamismo no comércio bilateral Brasil-China devido, sobretudo, à queda dos preços das principais commodities exportadas pelo Brasil, especialmente minério de ferro, e à contração econômica no Brasil nos últimos dois anos. Após atingir o pico de US\$ 83,3 bilhões em 2013, a corrente bilateral de comércio recuou para US\$ 77,9 bilhões em 2014 e para US\$ 66,3 bilhões no ano passado. Em 2015, o valor das exportações brasileiras para a China apresentou queda de 12,3%, ao passo que as importações recuaram 19,4%. A queda proporcionalmente maior das importações permitiu ao Brasil manter saldo positivo de US\$ 4,8 bilhões com a China em 2015. A despeito do declínio de mais de 20% da corrente de comércio em relação ao pico de 2013, a China segue sendo nosso principal parceiro comercial. Em 2015, o fluxo bilateral representou 18,2% da corrente de comércio total do Brasil (em 2014, a participação foi de 17,1%).

52. No acumulado entre janeiro e abril de 2016, as exportações brasileiras (US\$ 11,2 bilhões) apresentaram aumento de 16,3%, ao passo que as importações (US\$ 7,3 bilhões) exibiram queda expressiva de quase 40%, em relação ao mesmo período do ano passado. Com isso, o Brasil

registrou, nos quatro primeiros meses do ano, um superávit de US\$ 3,9 bilhões com a China, em contraste com déficit de US\$ 2,5 bilhões no mesmo período do ano passado. O comércio bilateral com a China, portanto, não destoa do ajuste mais geral do setor externo da economia brasileira, causado, em particular, pela contração econômica e depreciação do real.

53. A baixa diversificação da pauta brasileira de exportações continua a ser um dos maiores desafios. Em 2015, os três principais produtos exportados pelo Brasil para a China - soja, minério de ferro e petróleo - representaram 74,1% do valor total exportado (a participação dos três produtos permaneceu a mesma entre janeiro e abril de 2016). À primeira vista, o percentual indica leve desconcentração em relação ao ano anterior, em que os três produtos representaram 79,7% do valor total exportado. A queda dos preços desses produtos, sobretudo do minério, parece ser, porém, a razão dessa aparente desconcentração, já que houve aumento das quantidades exportadas dos três produtos.

54. No caso da soja, o Brasil se consolidou como principal exportador de soja em grão para a China, com participação de cerca de 50% da quantidade total importada pelo país asiático. Em 2015, o Brasil exportou 40,9 milhões de toneladas (US\$ 15,7 bilhões), quantidade mais de 25% superior àquela exportada no ano anterior (32,6 mT). Apesar do expressivo aumento da quantidade exportada, a queda nos preços do produto levou a declínio de pouco menos de 5% nas receitas auferidas com as vendas para a China em 2015, em comparação com o ano anterior. Dada a escalada tarifária e a ampla capacidade instalada de esmagamento da China, a participação da soja em grão no total exportado do complexo soja para o país asiático segue avassaladora. A certificação não sincrônica de novas variedades genéticas na China segue sendo um dos grandes desafios para o comércio do produto.

55. Em relação ao minério de ferro, a forte queda nos preços do produto levou, em 2015, à redução de mais de 47% nas receitas de exportação, em relação ao ano anterior (US\$ 6,4 bilhões em 2015, contra US\$ 12,3 bilhões em 2014). A quantidade exportada (185 mT em 2015), porém, apresentou expansão de 2,8% em relação ao ano anterior. O volume exportado nos quatro primeiros meses do corrente (61 mT) é superior àquele exportado no mesmo período do ano passado e mesmo ao pico registrado nos quatro primeiros meses de 2009 (56 mT), o que pode indicar nova ampliação da quantidade exportada em 2016.

56. No que toca, finalmente, às exportações de petróleo, o ano passado também registrou aumento superior a 136% da quantidade exportada (cerca de 265 mil barris por dia (bpd), em comparação com 112 mil bpd em 2014). As receitas, porém, não cresceram na mesma proporção, dada a queda nos preços do barril: 2015 registrou aumento de 20% no valor exportado (US\$ 4,1 bilhões) em relação a 2014 (US\$ 3,4 bilhões). Os quatro primeiros meses de 2016 parecem indicar nova expansão da quantidade exportada (foram cerca de 308 mil bpd) e nova contração das receitas de exportação (foram US\$ 978 milhões, valor que, projetado para o ano - em caso de manutenção dos preços no patamar médio do primeiro quadrimestre - resultará em receitas inferiores a US\$ 3 bilhões no ano).

57. De forma geral, portanto, os três principais produtos exportados pelo Brasil apresentam tendência similar de expansão do volume exportado com queda das receitas auferidas com as exportações para a China. Em outras palavras, ficam patentes os obstáculos para a dinamização do comércio bilateral caso mantida a alta dependência, pelo lado brasileiro, das vendas de seletos grupo de commodities em um cenário de desaceleração da economia chinesa, cuja expansão nas últimas décadas foi o principal fator a pressionar para cima os preços daqueles produtos.

58. No futuro mais imediato, o setor de alimentos processados, e particularmente o de proteína animal, parece ser uma das vias mais promissoras para diversificar as vendas para a China, tornando o País menos dependente da venda dos três produtos mencionados acima e outras commodities como açúcar, algodão, pastas de madeira e celulose e tabaco. A abertura do mercado para a carne bovina, após mais de três anos de embargo, e a certificação de novas plantas foram desenvolvimentos positivos no ano passado. A dificuldade de habilitar plantas na velocidade desejável e outras barreiras sanitárias seguem sendo grandes desafios para os exportadores brasileiros. Na área agrícola, a embaixada segue em contato permanente com as agências governamentais relevantes para o setor, como o Ministério da Agricultura e a Administração Geral de Supervisão da Qualidade, Inspeção e Quarentena (AQSIQ).

59. Na área de aviação, as vendas da Embraer para empresas chinesas precisam de aprovação governamental para serem efetivadas, o que cria incertezas mesmo em operações cujos termos comerciais já tenham sido acordados pelas partes. O recente lançamento da família C919 pela COMAC (Commercial

Aircraft Corporation of China), com amplo apoio do governo chinês, certamente tornará ainda mais acirrada a competição do mercado de aviação chinês. A embaixada tem mantido interlocução com as agências governamentais relevantes para o setor, como a Comissão Nacional de Desenvolvimento e Reforma (NDRC), a Administração de Aviação Civil da China (CAAC) e o Ministério do Comércio (MOFCOM).

60. No período em questão, a embaixada seguiu prestando apoio a empresas que enfrentam barreiras comerciais na China, como é o caso da H. Stern que teve sua marca registrada por terceiros de forma inconsistente com a lei chinesa e com os acordos internacionais na área de marcas e patentes. A empresa vem movendo ações judiciais para cancelar os registros indevidos de sua marca. Além de apresentar argumentos em favor da empresa na qualidade de "amicus curiae", a embaixada vem acompanhando o processo, comparecendo às audiências e fazendo gestões junto aos órgãos relevantes do setor, de forma a apoiar as ações da empresa.

61. Na área de política comercial, após a assinatura da Parceria Transpacífico (TPP), no final do ano passado, a China vem buscando dar novo impulso a acordos comerciais, sobretudo à Parceria Econômica Regional Abrangente (RCEP) - que pode ser concluída ainda em 2016 - e ao acordo trilateral com a Coreia do Sul e o Japão, que, porém, ainda está em estágio menos avançado. Com isso, e tendo em vista a recente assinatura dos acordos de livre comércio com a Suíça, Coreia do Sul e a Austrália, a China não apenas amplia sua rede de acordos, como busca mostrar engajamento em acordos comerciais de formato mais ambicioso e amplo.

62. É importante recordar que, de acordo com o item 15(d) do Protocolo de Acesso da China à OMC, o subparágrafo 15(a)(ii) do mesmo documento irá expirar em 11 de dezembro de 2016, quando a acesso da China ao organismo completa 15 anos. Há intensa controvérsia sobre o significado do prazo, sobretudo se ele implica ou não a necessidade de reconhecimento automático do status de economia de mercado da China para fins de defesa comercial. Não está claro como os principais parceiros comerciais da China, como EUA e UE, irão interpretar o dispositivo.

- Desafios e sugestões

63. Para o futuro, creio que o comércio bilateral se beneficiaria das seguintes iniciativas:

(i) intensificação da coordenação com o setor privado, sobretudo as principais associações, cuja presença na China é ainda tímida; (ii) fortalecimento dos canais de diálogo com as principais agências do governo chinês, inclusive por meio do Subcomitê Econômico-Comercial da COSBAN e seus grupos de trabalho; (iii) conjugação das estratégias de atração de investimento e de comércio; parte do investimento chinês no Brasil tem como objetivo garantir o suprimento de algumas commodities; o Brasil deve aproveitar esses investimentos para incrementar as cadeias de suprimento e infraestrutura relacionada à exportação, bem como para forjar parcerias que possam gerar aumento do valor agregado às exportações brasileiras para a China; (iv) na área industrial, seria importante realizar estudos sobre integração de cadeias, inclusive por meio de acesso a insumos que possam fortalecer a competitividade da indústria nacional; (v) no setor de serviços, que vem se tornando um dos principais motores da economia chinesa, é possível explorar oportunidades em setores como serviços financeiros (como, por exemplo, automação bancária), turismo, moda e indústrias criativas e esportes; cumpre observar a recente criação de GT sobre comércio de serviços na estrutura da COSBAN.

VII. AGRICULTURA

- Quadro geral e ações realizadas

64. Os temas bilaterais relacionados ao agronegócio avançaram no período analisado. Cumpre notar que as visitas de altas autoridades brasileiras a Pequim contribuiram sobremaneira para a conclusão dos processos de habilitação de estabelecimentos exportadores de carne.

65. No que diz respeito à abertura de mercados para produtos agrícolas brasileiros, prosseguiram as discussões sobre acordos fitossanitários para a exportação para a China de miúdos bovinos, miúdos de aves, carne de frango termicamente processada, ovos de galinha férteis, pintos de um dia e material genético bovino.

66. Protocolos sanitários para exportação de frutas entre os dois países podem incrementar o fluxo comercial bilateral. A evolução das negociações para a conclusão de instrumento que possibilite a exportação de melões brasileiros para a China segue em estágio avançado. Sobre esse assunto, missão chinesa para avaliar os riscos fitossanitários do sistema produtivo de melões visitou o país em março de 2016.

67. Houve progresso considerável na ampliação do número de estabelecimentos habilitados a exportar produtos cárneos para a China. Por ocasião da visita da então Ministra da Agricultura, Pecuária e Abastecimento à China, em novembro de 2015, o lado chinês habilitou um total de 24 estabelecimentos produtores de carnes (oito de carne bovina, doze de carne de aves e quatro de carne suína).

- Desafios e sugestões

68. De modo geral, é grande o potencial para o incremento das exportações do agronegócio brasileiro ao mercado chinês, que deverá continuar a caracterizar-se por um aumento da demanda interna, em linha com as perspectivas de crescimento da economia chinesa, da ampliação do mercado doméstico e da crescente diversificação e sofisticação das preferências dos consumidores. Nesse sentido, será importante consolidar a imagem do Brasil de produtor de qualidade e confiabilidade, fatores fundamentais para atender a necessidade chinesa de contar com parceiros capazes de contribuir para a promoção da segurança alimentar, tema historicamente altamente sensível neste país.

69. O Brasil reúne todas as credenciais para posicionar-se como um dos principais - se não o principal - exportadores de alimentos à China. No entanto, para concretizar esse potencial, será preciso manter uma postura empreendedora e pró-ativa, tendo em vista, inclusive, a crescente competição por parte de outros importantes exportadores. Nesse sentido, caberá estar atento ao acesso diferenciado ao mercado chinês que concorrentes brasileiros poderão ganhar por meio, por exemplo, de acordos como o TLC China-Austrália, recentemente adotado.

70. Restam ainda oportunidades de ampliação da exportação de grãos para este país. A China tem como objetivo permanente minimizar sua dependência de importação de certos produtos: trigo, arroz, milho e algodão. A soja constitui, evidentemente, a maior oportunidade. Há algumas dimensões distintas a se considerar. A mais relevante, possivelmente, refere-se à questão da aprovação da comercialização de OGMs, apontada pelos produtores - não apenas brasileiros - como um tema que precisaria ser objeto de entendimentos com o governo chinês. As eventuais demoras na aprovação ou negativas de aprovação por parte das autoridades chinesas de fato podem acarretar prejuízos e, de todo modo, geram grande incerteza aos produtores. Idealmente, do ponto de vista dos exportadores, seria desejável que se promovesse a

sincronização da aprovação da comercialização de novos eventos geneticamente modificados.

VIII. PROMOÇÃO COMERCIAL

- Quadro geral e ações realizadas

71. No período analisado, a Embaixada manteve-se em contato com os principais interlocutores do setor empresarial chinês e recebeu representantes de empresas brasileiras com negócios com a China. Da mesma forma, organizou eventos com o intuito de promover o potencial das exportações e do turismo brasileiros e as oportunidades de investimentos no Brasil. Foi mantido contato estreito, também, com a seção chinesa do Conselho Empresarial Brasil-China.

72. Empresas e entidades chinesas recorreram à Embaixada, em bases diárias, para colher informações e solicitar apoio em missões que tencionam enviar ao País. A Embaixada também prestou apoio a empresas chinesas que têm interesse em investir no mercado brasileiro, bem como a representantes de governos provinciais e municipais chineses interessados em estreitar contatos com contrapartes no Brasil.

73. A Embaixada integra e busca promover o Foro Brasil-China, grupo informal constituído por pessoas jurídicas brasileiras com investimentos diretos ou escritórios de representação na China. Integram o Foro as seguintes empresas e instituições brasileiras: ALA Holding Group, Apex-Brasil, BM&FBOVESPA, Ciser, CNT, Embraer, Fras-le, Gnatus, Intelbras, ITB S.A, LATAM, Marcopolo, Noronha Advogados, Odebrecht, Oxiteno, Petrobras, Queiroz Galvão, Schulz Machinery, Simerx, Weg, e Yafela.

74. Na assistência a missões governamentais e empresariais brasileiras interessadas em vender na China ou em atrair investimentos chineses, a Embaixada auxiliou na elaboração da agenda empresarial de diversas autoridades brasileiras que passaram por Pequim, entre as quais se destacam representantes de dos seguintes órgãos: Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial - ABDI; Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES; Caixa Econômica Federal - CEF; e Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão - MPOG. Apoiou, igualmente, vistas dos Governadores dos Estados do Paraná e da Bahia, bem como de secretários estaduais do Rio Grande do Sul e de Minas Gerais.

75. Ao longo do período analisado, a Embaixada organizou diversos eventos com o intuito de promover o potencial das

exportações e do turismo brasileiros e de divulgar as oportunidades de investimentos no Brasil. Com o propósito de promover os investimentos chineses no Brasil, além de ter prestado informações sobre o marco legal brasileiro e sobre oportunidades de negócio, a Embaixada participou de diversos seminários empresariais em Pequim e em outras cidades da China. No setor turístico, destaca-se a organização do pavilhão brasileiro na maior feira da Ásia, a "13th Beijing International Tourism Exhibition" (BITE).

76. Em sua tarefa de divulgação de oportunidades de negócios entre o Brasil e China, a Embaixada valeu-se de mídia digital, como a conta de "Weibo" (espécie de "Twitter" local) e de "Wechat" ("Whatsapp" chinês), para transmitir informações visando a promoção da Marca-País. Foi mantida estreita coordenação, também, com o escritório da APEX-Brasil em Pequim, o Conselho Empresarial Brasil-China (CEBC) e o Foro Brasil-China.

- Desafios e sugestões

77. Conviria estimular as empresas e associações representativas do setor privado brasileiro a instalarem escritórios de representação em Pequim e em outras cidades da China.

IX. CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO / MEIO AMBIENTE

- Quadro geral e ações realizadas

78. A China ocupa posição de destaque na indústria de base tecnológica no mundo, investindo 2% do PIB em P&D ao ano. As principais áreas da cooperação científica sino-brasileira são: nanotecnologia e nanociência; biotecnologia; ciências agrárias; meteorologia, prevenção e mitigação de desastres naturais; energias renováveis; tecnologias do bambu e do ratã; e inovação em parques tecnológicos. Na área de pesquisa em energias renováveis, o Centro China-Brasil de Mudança Climática e Tecnologias Inovadoras para Energia, criado em 2009 com base pela Universidade Tsinghua e pela Coppe/UFRJ, é um modelo bem sucedido. Em seus cinco anos de atividade, foram desenvolvidos projetos nas áreas de energia eólica, biocombustíveis, captura e armazenamento de carbono e tecnologias para produção de petróleo em águas profundas. Atualmente, o Centro tem expandido seu escopo para incluir a cooperação com o setor privado.

79. No período sob análise, a Embaixada do Brasil atuou como ponto de contato entre instituições brasileiras e chinesas

com vistas a promover a cooperação bilateral em parques tecnológicos. O memorando de entendimento ministerial sobre parques tecnológicos assinado em 2015 permitiu maior aproximação entre parques brasileiros e chineses e uma maior troca de experiências entre especialistas. Em 2016, deverá ser assinado memorando de entendimento entre a Associação Nacional de Entidades Promotoras de Empreendimentos Inovadores do Brasil (Anprotech) e o Centro Torch de Desenvolvimento de Alta Tecnologia e Industrialização da China (Torch Center) com vistas a implementar programa de cooperação bilateral.

80. Na área espacial, o programa mais emblemático é o de satélites de observação de recursos terrestres (CBERS). A Agência Espacial Brasileira (AEB) e a Administração Nacional Espacial da China (CNSA) assinaram protocolo de intenções para desenvolver o satélite CBERS 4A, cujo lançamento está previsto para 2018. Com relação às ciências espaciais, o "China-Brazil Joint Laboratory for Space Weather" (estudo de clima espacial) será concluído em dezembro de 2016. A China propôs que o escopo de estudos do laboratório seja ampliado para abranger o estudo de detritos espaciais.

81. Com relação às negociações multilaterais sobre mudança do clima, a Embaixada tem mantido estreito contato com a Comissão Nacional de Desenvolvimento e Reforma (NDRC), órgão responsável pela negociação na China. A Declaração Bilateral sobre Mudança do Clima, assinada pelos dois países durante a visita do Primeiro-Ministro Li Keqiang ao Brasil (maio de 2015), atesta a convergência de posições nessa matéria. Os dois países buscam coordenar-se nesse tema por meio do BASIC, que, embora não seja bloco negociador, exerce o importante papel de concertação entre grandes países em desenvolvimento. Durante a COP-21, o papel desempenhado pelos membros do grupo foi reconhecido como crucial para o êxito da conferência.

- Desafios e sugestões

82. A cooperação entre parques tecnológicos é um caminho que se mostra promissor. É importante criar mecanismos de diálogo constante entre a iniciativa privada e os laboratórios de pesquisa de ambos os países, debatendo principalmente iniciativas de "match-making" para transferência de tecnologia entre instituições chinesas e brasileiras. O novo "Marco Legal da Ciência, Tecnologia e Inovação" no Brasil poderá ser usado como instrumento de atração de investimentos chineses em CT&I.

83. O ingresso do Brasil na Rede Internacional do Bambu e do Ratã (organização internacional sediada em Pequim), cujo acordo constitutivo encontra-se sob análise da Câmara dos Deputados, poderia igualmente abrir oportunidades de cooperação internacional em um setor sustentável e de crescente dinamismo.

X. ENERGIA

- Quadro geral e ações realizadas

84. Na gestão analisada, a Embaixada reativou o setor de energia e participou de eventos e reuniões na China no intuito de acompanhar os avanços desse setor na China, bem como de contribuir para o aumento dos investimentos chineses no Brasil. No contexto do programa de investimento em logística, a crescente participação de capitais chineses concentra-se, em particular, nas áreas de exploração petrolífera, bem como de produção e transmissão de energia elétrica.

85. No setor de petróleo, empresas chinesas como CNPC e CNOOC, em consórcio com Petrobras, Shell e Total, venceram o primeiro leilão do pré-sal sob o regime de partilha de produção, realizado em outubro de 2013. Assim, as empresas chinesas possuem, cada uma, participação de 10% no consórcio, cujo bônus de assinatura é de R\$ 15 bilhões.

86. No período coberto por este Relatório, foi constatado que a área de exploração petrolífera no Brasil - apesar de já contar com importante participação de investimento de capital chinês-, oferece oportunidades adicionais de cooperação bilateral. Em particular, na modernização e ampliação de rede de infraestrutura de transporte assim como no processamento de recursos energéticos. Nesse sentido, a Embaixada manteve estreita coordenação com empresas brasileiras do setor e apoiou os seus contatos e atividades com interlocutores governamentais chineses.

87. No setor elétrico, empresas chinesas têm demonstrado crescente interesse em explorar oportunidades de investimento no Brasil. Em dezembro de 2015, a empresa Three Gorges Corporation (CTG) recebeu autorização da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) para assinar contrato de concessão das hidrelétricas de Jupiá e Ilha Solteira, arrematadas em leilão realizado pelo Governo federal em 25 de novembro. A estatal chinesa pagou bônus de outorga de R\$ 13,8 bilhões pelas hidrelétricas, as quais somam cerca de 5 mil megawatts

em capacidade instalada e cujo contrato de concessão estava vencido desde julho daquele ano.

88. Na área de energias renováveis, verificou-se o crescente potencial chinês de produção e exportação de equipamentos. A China tornou-se, nos últimos anos, um dos principais produtores de energia solar e eólica, e reconhece no Brasil parceiro relevante para ampliar suas atividades nesse setor.

89. No contexto da presidência chinesa do G20, realizou-se este ano, em Xiamen, a 1ª Reunião do Grupo de Trabalho de Sustentabilidade Energética (ESWG), a qual avaliou as atividades do referido Grupo de Trabalho para os próximos anos, nos temas de acesso a energia, eficiência energética, governança global da energia e delineou pontos a serem discutidos para comunicado dos Ministros de Energia do G20, cuja reunião ocorrerá entre os dias 28 e 29 de junho do corrente, em Pequim.

- Desafios e sugestões

90. O setor de energia apresenta grande potencial de aproximação entre os dois países, na medida em que oferece oportunidades de investimento no Brasil, de comércio de recursos energéticos brasileiros na China, bem como de parcerias entre empresas dos dois países para a produção de equipamentos. Ao passo que o Brasil possui marco regulatório transparente e ambiente de negócios favorável para investidores estrangeiros, a China ganha relevo como ator global no setor energético, o que torna ainda mais importante haver crescente coordenação entre atores privados e públicos dos dois países nessa área.

91. Durante o período analisado, confirmou-se a importância de haver trabalho constante do Estado brasileiro, em conjunto com empresas brasileiras e associações, no intuito de ampliar a participação de empresas e instituições financeiras chinesas no Brasil. A China tem grande interesse em expandir suas atividades internacionais no setor energético e reconhece a importância do Brasil nesse setor, mas faz-se necessário haver engajamento duradouro que consolide percepção do lado chinês dos benefícios da cooperação bilateral, superando a noção de distância entre os dois países. Como sugestão prática, sugere-se avaliar a possibilidade de organizar "road shows" regulares em Pequim, Xangai, Hong Kong, Cantão, entre outras cidades com relevância no setor energético, a fim de divulgar oportunidades de investimento no setor energético brasileiro.

XI. COOPERAÇÃO EDUCACIONAL

- Quadro geral e ações realizadas

92. No âmbito do programa Ciência sem Fronteiras (CsF), já foram concedidas 296 bolsas para a China desde 2013, em sua maioria para graduação "sanduíche" durante o período de dois anos. Nessa última modalidade, os alunos dedicam-se a estudos intensivos de chinês no primeiro ano e cursam matérias específicas de sua área no segundo ano. Atualmente, encontram-se na China 98 bolsistas distribuídos por diversas universidades do país; dentre estes, 29 alunos estão terminando o primeiro ano do programa em junho de 2016 e deverão permanecer nas universidades para o segundo ano do intercâmbio até o final do primeiro semestre de 2017.

93. Os integrantes do primeiro grupo de bolsistas experimentaram dificuldades de adaptação ao ambiente acadêmico e com o aprendizado da língua. Para contribuir para a adaptação dos alunos, a Embaixada elaborou Manual do Estudante Brasileiro na China, publicado nos portais mais consultados, e realizou missões de visita aos bolsistas do programa. A Embaixada também tem mantido estreito contato com o "China Scholarship Council" (CSC), parceiro chinês no programa, de modo a solucionar demandas e urgências específicas.

94. A redução gradativa no número de bolsistas, de 158 do primeiro grupo até os 29 da última leva que chegou em 2015, indica uma diminuição de interesse, possivelmente em razão das dificuldades apresentadas pela cultura e pela língua chinesas. Não há previsão para chegada de novos grupos de bolsistas, embora o CSC continue demonstrando interesse em receber mais alunos do CsF.

95. O governo chinês também oferece bolsas de estudo para brasileiros. Inicialmente, o oferecimento não era inteiramente aproveitado, e algumas vagas ficavam ociosas. Em 2016, apenas 10 bolsas foram oferecidas pelo governo chinês, que reduziu o nível de oferta em comparação com anos anteriores. Atualmente há quatro interessados por cada uma das dez vagas oferecidas. Os estudantes chineses, por sua vez, podem receber bolsas do Governo brasileiro por meio do Programa de Estudantes-Convênio Pós-Graduação (PEC-PG), sem limitação de vagas. O número de interessados, contudo, tem sido muito reduzido.

96. O programa de leitorado na China foi mantido na Universidade Fudan e na Universidade de Estudos Estrangeiros de Cantão. Nova leitora também deverá ser enviada para a Universidade de Pequim. As três universidades são instituições de grande prestígio na China e estão localizadas nos principais centros urbanos deste país. O programa tem gerado resultados palpáveis para a promoção da língua portuguesa e da cultura brasileira na China.

97. A Embaixada também vem buscando aproximar-se dos principais "think tanks" e universidades da China, sobretudo aquelas localizadas em Pequim, e incentivar programas de intercâmbio e cooperação com suas congêneres brasileiras. O posto tem apoiado a implementação do Memorando de Entendimento firmando entre a Fundação Alexandre de Gusmão (FUNAG) do Itamaraty e os Institutos Chineses para as Relações Internacionais Contemporâneas (CICIR), a fim de fomentar a cooperação na área acadêmica. Cabe destacar ainda que a Universidade Renmin, um dos centros mais influentes de pesquisa na área de ciências sociais, está em processo de estabelecimento de Centro Brasil-China para estudar as relações bilaterais e demonstrou grande interesse em manter contato estreito com a Embaixada e com universidades brasileiras.

98. O Governo chinês também tem realizado ações para promover a China nas universidades brasileiras, sobretudo com a ampliação da presença do Instituto Confúcio no Brasil. Até o momento, já foram abertas oito unidades do Instituto no Brasil: UNESP (2008), UnB (2009), PUC-Rio (2011), FAAP (2012), UFRGS (2012), UFMG (2013), UFPE (2013) e UNICAMP (2015). Estão em processo de instalação unidades na Universidade Estadual do Pará - UEPA e na Universidade Federal do Ceará - UFC.

- Desafios e sugestões

99. O programa CsF na China tem desafios significativamente maiores do que os que enfrenta em outros países, pois a barreira cultural e linguística encontrada neste país é de mais difícil superação. Seria necessário buscar meios de adequar o programa às condições específicas da China.

100. Universidades chinesas de ponta têm demonstrado grande interesse em conduzir pesquisas sobre o Brasil, atrair alunos brasileiros e estabelecer programas de intercâmbio com suas contrapartes brasileiras. Essas universidades, como a Universidade Renmin e a Universidade de Pequim, são os

grandes centros de formação intelectual de lideranças chinesas. No entanto, a falta de conhecimento sobre a China por parte do público brasileiro e mesmo de algumas universidades poderia ser um empecilho para aproveitar essas oportunidades.

101. As universidades brasileiras também enfrentam desafios para atrair alunos chineses, mesmo no âmbito dos Programas Estudante Convênio de Graduação (PEC-G) e Pós-Graduação (PEC-PG) do Governo brasileiro, que oferece vagas para alunos chineses. As diferenças linguísticas também prejudicam a vinda de alunos chineses ao Brasil. Para superar esse obstáculo e promover maior conhecimento sobre o Brasil, seria desejável expandir o número de leitorados na China e dar continuidade às discussões para a instalação de um centro cultural brasileiro no âmbito da Embaixada do Brasil em Pequim, com o propósito de divulgar a cultura brasileira e oferecer aulas de português.

XII. COOPERAÇÃO CULTURAL

- Quadro geral e ações realizadas

102. Tendo em vista as restrições orçamentárias vigentes, não foi possível realizar grandes iniciativas de difusão da cultura brasileira na China nos últimos meses. No final de 2015, com recursos provenientes do Departamento Cultural do Itamaraty, o posto promoveu shows da cantora Rhaisa Bittar e banda, no âmbito do programa Novas Vozes da MPB, e a participação do artista Christus Nóbrega no programa de residência artística da Academia Chinesa de Belas Artes (CAFA). Em 2016, com aportes da iniciativa privada e apoio de promotores culturais locais, a embaixada organizou concerto da cantora lírica Marília Vargas e do pianista André Mehvari. Além disso, em coordenação com as demais embaixadas da Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP) na China, foram organizados eventos de culinária, música e cinema, ao ensejo das comemorações do dia da língua portuguesa.

- Desafios e sugestões

103. A promoção cultural encontra na China dificuldades que decorrem da distância geográfica, cultural e regulatória (censura), que elevam custos e exigem esforços redobrados. O uso dos limitados recursos talvez possa ser maximizado mediante a concentração de esforços em projetos de impacto, evitando-se a dispersão. Outra estratégia de otimização seria conjugar eventos promovidos pelo Brasil, de forma sucessiva,

em mais de uma cidade, como Pequim e Xangai, ou mais de um país, como China, Coreia do Sul e Japão.

104. Um desafio será o estabelecimento de um centro cultural do Brasil em Pequim, previsto no Plano Decenal de Cooperação, firmado em junho de 2012. A iniciativa colocaria a cultura brasileira em novo patamar. Seria importante também tentar consolidar a participação brasileira no festival internacional de cinema de Pequim - a exemplo do ocorrido em abril de 2015 - e expandi-la para festivais de dança contemporânea, teatro, design, moda e feiras do livro. Valeria explorar a promoção comercial de marcas brasileiras com atividades culturais, o que poderia contribuir para atrair a participação da iniciativa privada na repartição dos custos. No que tange à melhor inserção dos produtos audiovisuais brasileiros no mercado chinês, um caminho a ser explorado para o acesso a salas comerciais de cinema seria o de eventuais coproduções que permitiriam a superação das cotas aplicadas à exibição de filmes estrangeiros em território chinês. Para tanto, faz-se necessária a celebração de acordo de coprodução Brasil-China.

XII. ASSUNTOS CONSULARES

- Quadro geral e ações realizadas

105. A comunidade brasileira na China é relativamente pequena. A demanda pelos seus serviços do Setor Consular da Embaixada e os Consulados-Gerais em Xangai e Cantão concentra-se, portanto, na concessão de vistos e legalização de documentos.

106. Em 2015, foram concedidos 4.097 vistos de turismo, 5.637 vistos de negócios (VITEM II), 873 vistos de trabalho (VITEM V), 124 vistos permanentes e 172 referentes aos demais tipos de visto. Estima-se que a demanda por vistos em 2016 poderá registrar expansão ainda maior, sobretudo em função da realização dos Jogos Olímpicos na cidade do Rio de Janeiro. Entre janeiro e maio do ano corrente, foram emitidos 1.801 VITUR, 1.826 VITEM II, 443 VITEM V, 35 vistos permanentes, somando aproximadamente 4.105 vistos. Com relação aos atos notariais processados neste posto, foram legalizados quase seis mil documentos em 2015, contra cinco mil em 2014. Entre janeiro e maio de 2016, já foram efetuadas 1.963 legalizações.

107. Em dezembro de 2015, foram instalados centros de processamento de vistos ("Visa Centers") do Brasil em Pequim,

Cantão e Xangai. Os "Visa Centers" contam com amplas e modernas instalações e são de fácil acesso para os usuários. O estabelecimento dos "Visa Centers" representou uma notável melhoria no atendimento ao público e no trabalho de recebimento dos pedidos de visto, conferência de documentos, correção de informações de formulários de pedido de visto, "upload" de fotos e de arquivos, recolhimento de emolumentos e devolução de passaportes. Os "Visa Centers" vêm, portanto, contribuindo para o incremento da produtividade no processo de concessão de vistos.

- Desafios e sugestões

108. A China tornou-se, desde 2012, na principal fonte de gastos em turismo internacional, superando economias de renda alta, como Estados Unidos, Alemanha, Reino Unido e Rússia. Em 2014, o turismo chinês respondeu por despesas de USD 165 bilhões no exterior - aumento de 27% em relação a 2013 -, e representou 13% do gasto mundial em turismo internacional. Em 2015, um total de 117,4 milhões de turistas chineses viajaram ao exterior.

109. Nesse contexto, vários países que são destinos tradicionais de turismo internacional vêm procurando atrair um número crescente de turistas chineses, inclusive por meio da simplificação dos processos de pedido de visto e alongamento dos prazos de validade dos vistos concedidos. Caberia avaliar a eventual conveniência de adotar medidas similares que permitam melhor explorar o potencial do turismo chinês no Brasil.

Roberto Jaguaribe, Embaixador